



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003043-53.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ASSUNTO: **Análise – Minuta** Termo de Cooperação – **disponibilização do Site Backup - cooperação entre TRE-RO e TJ-RO.**

PARECER JURÍDICO Nº 0432492 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo instaurado para o trâmite do acordo de cooperação técnica a ser celebrado - ACT entre este Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal de Justiça – TJ-RO com intuito de implementar o *Site Backup* do TRE-RO em espaço cedido pelo primeiro, conforme Termo de Abertura SESUO [0358309](#).

02. Por meio da Informação nº 8124 ([0358316](#)) – PRES/DG/STI/COSUP/SESUO, o chefe de seção comunicou que entre as opções existentes para a viabilidade do TJ-RO hospedar os equipamentos para implementação do Site Backup, foi selecionada uma temporária, qual seja o uso do ambiente de Telecom no 1º piso do TJ-RO.

02. O Secretário da Tecnologia da Informação mediante a Manifestação 1944 ([0358611](#)) noticiou que informalmente este Regional instalou 5 (cinco) equipamentos servidores na sala de Telecom e nessa oportunidade constatou-se que a climatização não é suficiente para comportar a demanda dos equipamentos. Por fim manifestando-se favoravelmente.

04. A Manifestação 1993 ([0362344](#)) efetuada pela Diretora-Geral, relatou que após manifestação favorável da STI ([0358611](#)), concluiu-se que a opção mais viável para a solução imediata da demanda consiste na continuidade de uso da sala de Telecom. Diante do exposto manifesta-se favorável à formalização do acordo de cooperação técnica entre este Tribunal e o TJ-RO.

05. Em Decisão n. 24 ([0386164](#)) o senhor Presidente deste Regional, diante da real necessidade de implementação do Site Backup deste TRE-RO, deferiu as solicitações formuladas pela STI ([0358611](#)) e autorizou a deflagração da formalização de acordo de cooperação técnica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. A Minuta SECONT foi juntada aos autos no evento [0428521](#). **É o necessário relato.**

II – DA ANÁLISE

07. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica - ACT. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

08. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas de** editais de licitação, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Negritou-se)

09. De acordo com o art. 116 da Lei nº 8.666/93, é aplicável aos acordos, **no que couber**, o disposto na Lei de Licitações e Contratos. Nesse sentido, cabe análise da referida minuta de acordo de cooperação quanto à forma e ao conteúdo.

10. Em relação à forma, embora se trate de ACT, cuja elaboração não exige maior rigor formal, porque **não envolve responsabilidade de natureza econômico-financeira**, a minuta anexa está alinhada, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

(...)

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

(...)

11. Ademais, considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, é possível concluir que a minuta sob análise, também atende, **no que forem compatíveis**, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública.

12. Acerca do conteúdo, a minuta contempla o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, que **tem por objetivo a mútua cooperação entre os órgãos partícipes visando a instalação de ambiente de replicação de processamento e armazenamento de dados eletrônicos (Site Backup)**.

13. Quanto sua publicação, a Cláusula Quinta prescreve onde será realizada; e, na Clausula Décima Primeira, nos termos do § 2º do art. 55 da mesma Lei, o Foro eleito para solucionar questões resultantes da execução do ACORDO ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é a Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

14. Nesses termos, verifica-se que as parcerias buscadas por meio do Acordo de Cooperação que se pretende firmar com o TRE-PI, encontram-se em conformidade com os parâmetros normativos da **Lei nº 8.666/93**. Ainda, consta-se que as partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

III – DA CONCLUSÃO

15. Destarte, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do acordo de cooperação juntada ([0427566](#)), haja vista está adequada e contempla os fins a que se propõe.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. Por fim, registra-se que esta unidade jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do instrumento de acordo, conforme pedido a ela submetido, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões.

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva, Estagiário**, em 09/07/2019, às 13:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/07/2019, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0003043-53.2018.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

ASSUNTO: Acordo de Cooperação entre TJ-RO e TRE-RO. Implantação do Site Backup do TRE-RO.

DECISÃO Nº 346 / 2019 - PRES/COPRESI

Vistos.

Trata-se de processo administrativo instaurado para viabilizar a cooperação técnica entre este Regional e o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO), tendo como objeto **implantar o Site Backup do TRE-RO em espaço cedido pelo TJ-RO**, consoante Informação SESUO nº 8124, constante do evento [0358309](#).

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) justifica que o acordo proposto oportunizará criarmos uma redundância nos serviços oferecidos pela referida Secretaria aos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral (evento [0358611](#)).

A minuta do acordo de cooperação foi juntada no evento [0403901](#) e analisada pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG), para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, por meio do Parecer carreado ao evento 0432492, a referida assessoria **aprovou** os termos da minuta do acordo de cooperação em questão, registrando que ela está adequada aos ditames da citada Lei e contempla os fins a que se propõe.

A Diretoria-Geral também registrou posicionamento favorável à celebração do acordo, cuja minuta foi aprovada pela AJDG, consoante Manifestação nº 1096 (evento [0432811](#)).

Ante o exposto, **AUTORIZO** a celebração da avença entre este Tribunal e o Tribunal de Justiça de Rondônia, nos termos da minuta carreada aos autos (evento [0428521](#)), bem como os demais atos e desdobramentos que se fizerem necessários.

À DG, STI e SAOFC, para conhecimento e providências.

Cumpra-se.

Porto Velho, 11 de julho de 2019.

Desembargador **KIYACHI MORI**

Presidente em exercício

Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYACHI MORI**, Corregedor e Vice-Presidente, em 12/07/2019, às 09:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 24/2019

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 24/2019

PROCESSO SEI Nº [0003043-53.2018.6.22.8000](#)

O ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELEITORAL DE RONDÔNIA, E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, COM A FINALIDADE DE COMPARTILHAMENTO DE ESPAÇO FÍSICO DOS CENTROS DE DADOS, PARA INSTALAÇÃO DE AMBIENTE DE REPLICAÇÃO DE PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS ELETRÔNICOS.

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 274.136 – SSP/DF e CPF 059.977.471-15, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.293.700/0001-72, com sede na Rua José Camacho, nº 585 - Olaria, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **WALTER WALTEMBERG SILVA JUNIOR**, portador do CPF nº 236.894.206-87, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, observando, no que for compatível, o contido no art. 116 e parágrafos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, de acordo com o Processo Administrativo SEI nº [0003043-53.2018.6.22.8000](#) e Processo TJRO SEI nº 0014484-29.2019.8.22.8000, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o compartilhamento de espaços nos Centros de Dados (sala segura) dos órgãos partícipes, visando a instalação de ambiente de replicação de processamento e armazenamento de dados eletrônicos (site backup).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São atribuições e responsabilidades do **TRE-RO** e **TJRO**:

a) Disponibilizar espaço físico relativo a 1 (um) Rack de 42U em sua sala segura para a instalação de equipamentos do órgão parceiro;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) Provedimento de energia elétrica e ar-condicionado para os equipamentos instalados em regime de reciprocidade;
- c) Dispor de solução de acesso remoto administrativo (meio lógico), que minimize a necessidade de acesso físico ao ambiente do site parceiro;
- d) Permitir, sempre que necessário, o acesso físico aos equipamentos, mediante solicitação formal contendo os dados dos servidores que farão o acesso, bem como os dias e horários;
- e) Disponibilizar espaço na Sala de Telecomunicações para eventual instalação de equipamento de telecomunicação (roteadores e switches);
- f) Informar ao órgão partícipe, os servidores da área técnica, responsáveis por prestar informações sobre a parte inerente a infraestrutura do Centro de Dados do órgão, bem como fazer acompanhamento durante as eventuais intervenções necessárias para instalação, manutenção ou configuração dos equipamentos;
- g) Informar ao órgão parceiro, de preferência via e-mail, sempre que ocorrer incidentes de segurança ou indisponibilidade como queda de energia, falha na climatização e outros que, de algum modo possam colocar em risco a operação dos equipamentos utilizados;
- h) Informar ao órgão parceiro, de preferência via e-mail, com 48h de antecedência, sempre que houver manutenção programada nos subsistemas que afetem a operacionalidade do Centro de Dados;
- i) Fornecer informações dos sistemas de monitoramento do Centro de Dados (câmeras, medidores de temperatura, umidade, controle de acesso), sempre que solicitado, que permitam auditar quaisquer eventos com janela de tempo, de no mínimo 60 (sessenta) dias;
- j) Manter sigilo das informações de configuração de rede e segurança, bem como das informações acessadas por ocasião de execução de procedimentos de teste ou de acionamento do plano de continuidade de serviços de TI;
- k) Conhecer e respeitar as normas e/ou procedimentos de acesso ao Centro de Dados e demais dependências do outro partícipe para execução das atividades previstas neste Termo;
- l) Manter os equipamentos e os materiais de sua propriedade que estiverem nas dependências do outro partícipe limpos, identificados e organizados;
- m) Manter atualizado e disponibilizar ao outro partícipe inventário dos equipamentos e materiais de sua propriedade que estiverem alocados nas dependências de outro partícipe; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n) Estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos e informações, visando a complementar as ações desenvolvidas e a troca de experiências.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

O presente Acordo é celebrado a título gratuito, não implica compromissos financeiros ou transferência de recursos entre os partícipes e não gera direito a indenizações, exceto no caso de extravio ou dano a equipamentos, instalações e outros materiais pertencentes a um partícipe e alocados nas dependências do outro partícipe.

Parágrafo Único - No caso de ocorrência de despesas, os procedimentos deverão ser consignados em instrumentos específicos, os quais obedecerão às condições previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da respectiva assinatura, o extrato do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, será publicado pelo TRE-RO no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral (DJE) e Diário Oficial da União (DOU), bem como pelo TJRO na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Durante a vigência, este Acordo poderá ser alterado, mediante celebração de Termo Aditivo, desde que de comum acordo entre as partes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

Ficam designados os servidores lotados nos cargos de Secretário(a) da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, e na sua ausência, seu substituto eventual de ambos os órgãos, os quais exercerão toda e qualquer ação de orientação geral, com vistas ao seu integral cumprimento e atendimento das necessidades dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE SOBRE OS EQUIPAMENTOS INSTALADOS

A responsabilidade sobre os equipamentos alocados no espaço cedido de cada Centro de Dados será de inteira responsabilidade do órgão cessionário, vedada qualquer intervenção do pessoal técnico do cedente, exceto conjuntamente, nas interfaces de integração porventura definidas ou em alguma operação de comum acordo.

CLÁUSULA NONA - DA REDE DE DADOS

Não haverá integração entre rede de dados internas. Deste modo, deverá haver uma separação lógica e física total da rede de dados interna dos órgãos, de tal forma que não se crie um ambiente complexo para gestão de segurança ou de identificação de problemas.

Parágrafo Único: Na eventual necessidade de compartilhamento de processamento e comunicação de dados, deverá ser elaborado um termo de cooperação específico para essa finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação formal, expondo os motivos, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho/RO, 10 de setembro de 2019.

Desembargador SANSÃO SALDANHA Presidente do TRE-RO	Desembargador WALTER WALTENBERG SILVA Presidente do TJRO
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, **Presidente**, em 13/09/2019, às 08:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **WALTER WALTENBERG SILVA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

JUNIOR, Usuário Externo, em 27/09/2019, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/09/2019, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/09/2019, às 11:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20190183

Disponibilização: 27/09/2019

Publicação: 30/09/2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 24/2019/TRE-RO, assinado em 27/09/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13 e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ: 04.293.700/0001-72. Objeto: Compartilhamento de espaços nos Centros de Dados (sala segura) dos órgãos partícipes, visando a instalação de ambiente de replicação de processamento e armazenamento de dados eletrônicos (site backup). Fundamentação Legal: art. 116 e parágrafos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI. Signatários: Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO e o Excetíssimo Senhor WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR, Desembargador TJ/RO. Processo SEI n. 0003043-53.2018.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 27/09/2019, às 12:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.